



“Reflexões Sobre Jornalismo, Poder e Democracia: Afinal, Para Que Serve o Jornalista?”¹

Mário Quinderé²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo

Este artigo visa discutir o papel do jornalista visto sob a perspectiva de diferentes correntes teóricas do jornalismo. Em seguida, passaremos a avaliar a função do jornalista e dos meios de comunicação de massa no funcionamento das sociedades democráticas modernas, tentando demonstrar a atividade do profissional de comunicação como um entre vários vetores interagindo no campo da construção das notícias.

Palavras-chave

Teoria do Jornalismo; Identidades do Jornalista; Política; Democracia.

Introdução

Uma das grandes questões que pairam sobre a atividade jornalística resume-se em entender porque as notícias são como são. A partir deste questionamento, diversas teorias foram, ao longo do tempo, buscando elementos que pudessem razoavelmente abarcar o problema posto.

Cada uma delas conferiu ao jornalista um papel. Afinal, qual seria sua função? Que tipo de poder ele possui? Proponho neste artigo mapear como as principais teorias do jornalismo enxergam a figura do próprio jornalista dentro do processo de produção das notícias. Veremos que o seu papel diverge radicalmente dependendo do tipo de abordagem teórica, indo desde um mediador desinteressado até um todo poderoso manipulador de informações.

A partir desse quadro, poderemos analisar uma segunda questão mais ampla: qual seria então o papel do jornalista para as sociedades democráticas modernas? Sabemos ser este um terreno complexo e contraditório, povoado por análises e pesquisas caminhando em sentidos opostos. Entretanto, a meu ver, partindo das teorias

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP de Jornalismo.

² Mário Quinderé é jornalista graduado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Jornalismo Cultural pela UERJ e mestrando em Comunicação também pela UERJ. Email: marioquindere@gmail.com



do jornalismo até chegarmos às visões da ciência política, encontraremos uma abordagem pertinente sobre a questão.

Passaremos então às principais correntes teóricas do jornalismo e a sua visão particular sobre o papel deste tão controverso personagem: o jornalista. A divisão aqui proposta é um recorte que julgamos metodologicamente adequado sobre o trabalho de quatro pesquisadores: Nelson Traquina, Felipe Pena, Mauro Wolf e Jorge Pedro Souza.

Sabemos que estas teorias não são estanques, ou seja, algumas se comunicam ou se completam. Além disso, cada uma delas possui problemas e limitações que podem ser desenvolvidas e registradas de maneira mais aprofundada em outra ocasião. Por hora, vamos nos ater aos objetivos deste artigo.

Teoria do Espelho

Para a primeira sistematização teórica da atividade jornalística, o jornalismo apenas reflete a realidade e o mundo como ele se coloca. Diante desta premissa, o jornalista é apresentado como um mediador desinteressado. Sua missão é informar, procurar a verdade e relatar o fato como ele *realmente aconteceu*.

O desenvolvimento desta visão ou desta ideologia da objetividade está atrelado ao próprio desenvolvimento do jornalismo enquanto indústria, um longo processo que se estende durante o século XIX e se solidifica no século XX. De maneira geral, este processo desencadeou a separação entre fatos e opiniões, ou seja, o jornalista deve ser um observador fiel da realidade, evitando impressões pessoais.

Este paradigma do jornalismo de informação desenvolveu-se junto à profissionalização do meio e conferiu a credibilidade necessária a uma indústria em desenvolvimento. É interessante notar que, em linhas gerais, é esta a visão que predomina no jornalismo ocidental até hoje. Basta lembrar a eterna obsessão de alguns jornais na separação de fatos e opiniões³.

Mesmo assim, em termos acadêmicos, esta teoria e sua conseqüente visão do jornalista contêm problemas em demasia. O principal deles é deixar de lado a própria realidade como fator determinante no processo de produção das notícias, além de conferir ao jornalismo um rigor científico de objetividade bastante questionável. Basta

³ Em setembro de 2006, o New York Times lançou um novo projeto gráfico polêmico que propõe a separação entre fatos e opiniões. Matérias “informativas” permanecem em colunas justificadas. Matérias de cunho “opinativo” aparecem como colunas alinhadas à esquerda.



levar em conta a complexidade do meio jornalístico, com suas pressões e contextos sociais, econômicos, ideológicos, históricos e pessoais.

Teoria da ação pessoal ou do gatekeeper

Esta é uma outra teoria que atribui ao jornalista um papel primordial. O primeiro teórico a desenvolvê-la de maneira clara foi o americano David Manning White, em 1950, partindo de um estudo sobre as dinâmicas que agem no interior de grupos sociais, elaborado três anos antes pelo psicólogo Kurt Lewin.

De acordo com o trabalho de White, fortemente influenciado pela corrente sociológica da pesquisa americana, é ressaltado o papel do jornalista como seletor voluntário (*gatekeeper*) e consciente dos acontecimentos que devem virar notícia. Suas decisões editoriais são subjetivas e arbitrárias, influenciadas por um conjunto pessoal de experiências, atitudes e expectativas.

Nesse sentido, a teoria da ação pessoal analisa o processo de construção e seleção das notícias exclusivamente a partir de quem as produz: o jornalista. Como aponta Traquina (2004, pág.151), “é uma teoria que privilegia apenas uma abordagem micro-sociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macro-sociológicos, ou mesmo micro-sociológicos, como a organização jornalística”. O mérito de White foi apontar de forma individualizada onde a ação de filtro e seleção é exercida de forma explícita. Entretanto, sua abordagem pouco avançou em um tópico mais instigante: a maneira como é feita essa filtragem.

Teoria da ação política ou instrumentalista

A partir dos anos 1960, ganharam corpo e relevância estudos que ressaltavam as implicações políticas, econômicas e sociais no campo jornalístico. O modo como os pressupostos ideológicos de uma classe dominante era disseminado no campo da comunicação foi analisado por uma série de autores, muitos deles influenciados pelas teorias marxistas, como o italiano Antonio Gramsci.

Seja tomando posicionamentos de esquerda ou de direita, as teorias instrumentalistas defendem a premissa de que as notícias podem agir como distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos, que utilizam as notícias na projeção de sua visão particular de mundo, de sociedade.



Os estudos da parcialidade encontraram em autores como Chomsky e Herman seu porto mais forte. Na visão de esquerda, cinco fatores explicariam a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista: a estrutura de propriedade dos meios, a necessidade do lucro, a dependência de fontes oficiais, ações punitivas dos mais poderosos e uma ideologia “anticomunista” dominante na comunidade jornalística americana.

Se invertermos esse modelo, teremos a estrutura básica dos estudos de parcialidade com viés de direita. Basta citar os posicionamentos anti-neoliberais que habitam de maneira mais clara alguns veículos da mídia impressa brasileira (caso da revista *Caros Amigos*, por exemplo).

Esta teoria instrumentalista reforça também a ação pessoal do jornalista, a quem só resta duas opções: contra ou a favor. Sua conduta deve ser guiada rumo à apenas um caminho, de dois lados bastante distintos. O primeiro é o cão de guarda da verdade, o protetor dos mais fracos “doa a quem doer”, o herói do sistema democrático. O segundo seria o capacho das instituições capitalistas, o servo dos neo-senhores do castelo.

Essa abordagem foi relativizada com o passar dos anos por seu aspecto extremamente determinista. Ela deixa de fora aspectos importantes que ajudam a moldar a atividade jornalística, como a ação do contexto histórico ou ações macro-sociológicas mais amplas, a exemplo da noção estreita dos *gatekeepers*.

Entretanto, ela não deve ser descartada como uma mera teoria conspiratória démodé que teve alguma relevância nos anos 1960 e 1970. Na verdade, a abordagem de Chomsky e Herman sobre a ausência de diversidade significativa e de um pluralismo na agenda dos meios continua bastante significativa nos atuais tempos dos mega-conglomerados de comunicação, assim como a ação do poder econômico na grade de formatação noticiosa encontrada na maioria dos grandes jornais.

Teoria organizacional

O estudo clássico do americano Warren Breed intitulado “Controle social da redação: uma análise funcional” iniciou uma teoria que focava a atenção nas hierarquias e formas de socialização próprias dos jornalistas. De acordo com essa teoria, existe um conformismo que é estimulado e enraizado nas redações devido aos constrangimentos e pressões editoriais provenientes das organizações econômicas dominantes e proprietárias dos meios, cujos interesses devem ser protegidos.

Aqui, segundo Wolf (1995, pág.164), “a principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência constituído pelos colegas ou pelos superiores”. Seis motivos justificariam essa tendência à conformidade: a autoridade institucional e as sanções, os sentimentos de dever e estima para com os superiores, as aspirações à mobilidade profissional, a ausência de fidelidades de grupo contrapostas, o caráter agradável do trabalho e o fato da notícia ter se transformado em valor.

Nessa perspectiva, o jornalista é um profissional auto-referente, cercado por constrangimentos e limitações geradas a partir da política editorial das empresas. O próprio Breed reconheceu o determinismo de sua teoria lembrando que qualquer controle social nas redações pode ser burlado pela falta de clareza nas normas editoriais, pela força pessoal dos repórteres ou pela “ignorância” de alguns superiores sobre assuntos muito específicos. Ainda assim, para o autor, a linha editorial das empresas é quase sempre seguida, apesar das possibilidades de transgressão.

Teoria do agendamento

Em resposta à chamada teoria dos efeitos limitados, a teoria do agendamento ou do agenda-setting concordou que os canais midiáticos não têm o poder supremo de persuadir ou influenciar o público de maneira definitiva e uniforme. Porém, essa corrente sustentava que as pessoas tendem a excluir ou incluir de sua agenda de conhecimentos e de debates aquilo que os meios de comunicação excluem ou incluem do seu próprio conteúdo, daí a sua extrema importância/poder nas sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, a pesquisa em comunicação passou para uma abordagem de longo prazo, tentando levar em conta o impacto cumulativo da exposição de imagens e notícias. Há cuidados metodológicos que foram ao longo dos anos incorporados e aprimoraram esse tipo de análise, como os diferentes poderes de agenda dos diversos meios, as diferenças subliminares entre frequência de um tema e a sua importância entendida pelos receptores e, principalmente, o fato de que a correlação entre agenda da mídia e agenda do público não deve ser tomada como simétrica:

Aludiu-se já o fato de que nem todos os temas têm a mesma saliência e o mesmo limiar de relevância para os destinatários: em relação a esta condição de partida, o grande esforço levado a cabo pelos *mass media* para colocarem em agenda temas diversamente salientes, constitui uma fase de grande importância, mas de êxito incerto, ligado a múltiplas variáveis. (WOLF, 1995, pág. 157)

Para esta teoria, a influência da mídia é, sim, admitida no processo de significação por estruturar uma imagem da realidade social, percebida como o real, ajudando a moldar e fomentar opiniões. O papel do jornalista, portanto, permanece em um alto escalão, visto que, no final das contas, é a partir do seu trabalho que será colocada a agenda do dia e uma visão particular e construída do real será apresentada como o real.

Teoria estruturalista ou dos definidores primários

Assim como a teoria da ação política na versão de esquerda, esta teoria também parte do pressuposto de que os meios de comunicação de massa, e por tabela o jornalismo, acabam por reproduzir uma ideologia dominante.

Aqui, a reprodução desta ideologia dominante se dá através da relação estrutural e dependente entre as diversas mídias e os de definidores de sentido para os acontecimentos, ajudando a construir uma sociedade consensual. A sua perspectiva de análise se afasta do poder de manipulação das notícias pelos jornalistas para chegar ao poder das fontes privilegiadas e institucionais (definidores primários) na construção destas mesmas notícias.

Para Traquina (2004, pág.177), “na terminologia da escola culturalista britânica, recorrendo a Gramsci, as notícias, como parte da produção da indústria cultural, contribuem para a hegemonia ideológica”.

A diferença entre esta teoria e aquela formulada por Chomsky é reconhecer que os jornalistas possuem uma certa autonomia em relação a um controle econômico. Hall, um dos teóricos dessa perspectiva, avalia que os *media* possuem motivos e lógicas próprias que podem levá-los a entrar em conflito com os definidores primários.

Apesar destas ressalvas, o jornalista, envolto em uma dependência estrutural dos meios ao poder econômico e às fontes institucionais, está destinado a funcionar como peça importante no maquinário de reprodução da ideologia dominante.

Teoria construcionista

Esta é a teoria que carrega consigo um maior grau de elaboração até mesmo por incluir aspectos de outras teorias. A premissa aqui é de que a imprensa não reflete a realidade como um espelho, mas sim ajuda a construí-la. O processo de construção da notícia é complexo e leva em consideração diversos critérios, como noticiabilidade,



valores-notícia, constrangimentos organizacionais, audiência, rotinas de produção, entre outros.

Para a teoria construcionista, a atividade jornalística é interativa, dependendo tanto das rotinas produtivas e das escolhas dos jornalistas como também de demandas sociais, econômicas, culturais e históricas, entre outras. Os teóricos Schudson e Shoemaker & Reese propuseram seis tipos de ações que interagem no processo de construção das notícias: pessoal, social, ideológica, cultural, meio físico e histórica.

É importante ressaltar que, ao rejeitar completamente a teoria do espelho, os construcionistas não afirmaram que as notícias fossem ficcionais. Para eles, o jornalismo encontra seu referencial na realidade, apresentando-a em uma grade fragmentada e particular, ou seja, os acontecimentos a serem transformados em notícia oferecem um ponto de partida para que sejam construídos enquadramentos (*frames*) midiáticos. Esse processo sugere, portanto, diferentes visões do que “realmente aconteceu”.

Ao explicar porque as notícias são como são, distribuindo vetores de força diversos, os construcionistas enxergaram no jornalista apenas uma peça entre tantas da engrenagem. Uma peça fundamental, sem dúvida, mas relativizada em seu suposto poder quase divino de moldar o mundo ou transformá-lo com as ferramentas do seu trabalho.

Jornalistas, política e democracia

Feito este quadro temático a respeito do papel do jornalista na visão de diferentes teorias do jornalismo, passaremos a um segundo tópico: qual seria a função desta célebre profissão para as democracias? Cão de guarda defensor dos oprimidos? Capacho dos donos do capital? Seletor da agenda pública? Apenas uma peça em meio a inúmeras forças coagindo?

Podemos iniciar essa discussão citando Gurevich (*apud* MAIA, 2002, p. 04) e sua listagem de oito funções que os meios de comunicação devem exercer em um ambiente democrático constitucional:

1. Vigiar o ambiente sócio-político, trazendo a público desenvolvimentos capazes de interferir, positiva ou negativamente, no bem-estar dos cidadãos.
2. Definir as questões significativas da agenda política, identificando as questões-chave, bem como as forças que a conceberam e que podem trazer uma solução.



3. Estabelecer plataformas que permitam aos políticos, aos porta-vozes de outras causas e de outros grupos de interesse, defender suas opiniões de modo inteligível e esclarecedor.
4. Permitir diálogo entre diferentes pontos de vista e entre detentores de poder (atuais e futuros) e público de massa.
5. Criar mecanismos que permitam acionar os responsáveis para prestar contas sobre o modo como exercem o poder.
6. Incentivar os cidadãos a aprender, a escolher e a se envolver com o processo político, abandonando a função de meros espectadores.
7. Resistir, em nome de princípios bem definidos, aos esforços exteriores à mídia que visam subverter sua independência, sua integridade e sua capacidade de servir ao público.
8. Respeitar os membros do público espectador e leitor como virtuais envolvidos e capazes de entender seu ambiente político.

Sem dúvida, é a lista dos sonhos de muitos. Entretanto, fica uma questão. Os meios de comunicação de massa, e conseqüentemente os jornalistas, são capazes de todos esses papéis? Cabem a eles todas essas funções?

Ao nosso ver, pelo menos duas funções merecem uma revisão, um questionamento. O segundo tópico, “definir as questões significativas da agenda política”, baseia-se na premissa de que os meios de comunicação são supremos ao determinar o que deve ser excluído, incluído, destacado ou ofuscado no cotidiano político.

É plausível afirmar que as relações entre mídia e política não são marcadas por um domínio de uma sobre a outra. Partindo do conceito de campo formulado por Bourdieu⁴, alinhamos duas áreas: o campo político e o campo midiático. Ambos possuem relações complexas entre si, mas nunca meramente dominantes:

A tarefa de desvendar o jogo político atual passa pelo entendimento dessa inter-relação entre três campos (político, econômico e midiático). É um esforço que não admite atalhos simplificadores, do tipo A determina B; antes, exige o reconhecimento das tensões latentes (e por vezes expressas) que marcam a complexa conjugação entre influências mútuas, resistências, composições, ajustes

⁴ Podemos resumir o conceito de campo como um sistema de relações sociais relativamente autônomas, formada por instituições específicas contendo uma ordem interna própria e um sistema de especialistas, onde se estabelecem como legítimos certos objetivos, que se impõem naturalmente aos agentes que nele participam.

delicados e anseios por autonomia que animam os diversos agentes de cada campo. (MIGUEL, 2002, pág. 188)

Nesse sentido, imaginar que o campo midiático possa definir por completo a agenda do campo político parece por demais determinista, propondo aos meios de comunicação um passo além do possível. Isso não significa em hipótese alguma mascarar ou diminuir a sua inegável influência na proposição da agenda política, principalmente na formulação de “preocupações públicas”, mas é preciso reconhecer os limites dessa influência, visto que o campo político opera dentro de uma ordem interna própria e, muitas vezes, acaba por orientar o noticiário. A influência é uma via dupla, portanto.

A ligação aqui é bastante clara com a teoria do agendamento, mas, como salientamos anteriormente, esta teoria possui problemas e limites metodológicos. Podemos afirmar que a relação entre a agenda dos meios e agenda do público, apesar de existente e sólida, não indica uma perfeita simetria.

Em seu estudo sobre os escândalos políticos, Thompson fez questão de ressaltar:

As maneiras como as pessoas comuns assistem a escândalos midiáticos, e o tipo de importância que lhes atribuem, pode não coincidir com a maneira como esses acontecimentos são vistos pelos indivíduos – inclusive os que trabalham na mídia – que, devido às circunstâncias concretas de suas vidas, têm neles um interesse mais direto. (2002, pág.122)

Mais um motivo para desconfiarmos da capacidade ou dever da mídia em ditar completamente agendas, sejam elas do cotidiano ordinário das ruas, ou das passarelas do Congresso Nacional.

Outro tópico delicado na lista de Gurevich é questão da vigilância. É de se esperar que os meios de comunicação atuem no sentido de informar os cidadãos sobre eventuais desvios ou acertos dos políticos. Na verdade, o problema que se apresenta é o tom que orienta esse viés no noticiário. Para Alfonso de Albuquerque (2001), os jornalistas brasileiros, por exemplo, tendem a interpretar o modelo do “Quarto Poder” de um modo muito mais incisivo do que seus pares americanos, que se baseiam no “checks and balance”, ou seja, na interdependência serena entre os poderes sem a supremacia de nenhum.

Por enxergar na política brasileira uma ordem instável, devido aos sucessivos escândalos midiáticos, os jornalistas brasileiros assumem uma necessidade de *formar* os

cidadãos e não apenas de *informá-los*, o que confere a imprensa um *status* de Poder Moderador, com capacidade própria de julgar e punir.

Diante desta necessidade de “vigiar” os políticos, de ser o cão de guarda da sociedade civil, de erradicar o mal através de sua expiação pública – vemos aqui uma ligação clara com outras duas teorias do jornalismo, a do espelho e a da ação política – a imprensa incorre muitas vezes no que Venício A. de Lima (2006) chama de “presunção de culpa”. Técnicas de enquadramento selecionando e *salientando* notícias que apontam para um pré-julgamento de personagens.

A lista de funções da imprensa e dos jornalistas na democracia proposta por Gurevich é complexa por ser extensa, conter tópicos questionáveis e outros quase utópicos. Resistir aos esforços exteriores que visam subverter sua independência, por exemplo, é no mínimo improvável, devido aos imperativos econômicos que moldam os meios de comunicação e à conseqüente necessidade de lucros. Além disso, é difícil precisar exatamente que “esforços exteriores” seriam maléficos à “capacidade de servir de público”. A pressão de anunciantes sim, mas a pressão de ONGs não?

Outra pesquisadora, Rousiley C.M. Maia (2002, pág. 04), propôs uma série mais modesta de papéis da imprensa nas sociedades democráticas: a) aparelho de vigilância para as liberdades políticas e civis; b) fórum para o debate pluralista; c) agente de mobilização para a participação cívica. Já feitas as ressalvas em relação à vigilância, pensamos ser este um quadro mais simples e funcional, tirando da imprensa funções que, ao nosso ver, extrapolam o alcance real dos meios de comunicação.

A própria Rousiley (2002, pág. 08) defende as premissas de mediação presentes nas teorias construcionistas da notícia. Para ela, “diversos autores vêm recentemente chamando a atenção para a “dinâmica interativa” do processo de mediação proporcionado pela mídia como um processo circular”. Ou seja, é necessário focalizar para além da atuação específica dos jornalistas ou de modelos econômicos dominantes na mídia, levando em conta também fatores contextuais, culturais, sociais e históricos mais amplos.

Consideramos ser este o melhor caminho para pensar a função do jornalista dentro do esquema de produção de notícias e seu papel nas sociedades democráticas modernas. Sabemos que as mudanças nos canais de comunicação política afetaram a relação entre candidatos e eleitores, fazendo com que os primeiros se dirijam aos segundos diretamente através do rádio, televisão e jornais, dispensando uma mediação



mais extensa de relações partidárias. É o que Manin (1995) define como “democracia de público”, ou reinado do político comunicador.

Esse quadro trouxe a imprensa para dentro do jogo político de uma maneira preponderante com o advento da comunicação de massa. Se o uso do poder político depende da construção do poder simbólico e a construção do poder simbólico passa sobremaneira pelos meios de comunicação de massa, muitos passaram a creditar a estes poderes quase que divinos no curso das democracias modernas. Esse pensamento encontra eco, como demonstramos previamente, em algumas teorias do jornalismo (ação política, ação pessoal, estruturalista).

Sabemos que o pensamento central destas teorias foi relativizado e atualizado com o passar dos anos. Não significa que as pesquisas desenvolvidas tornaram-se irrelevantes. Pelo contrário. O peso econômico no processo de produção das notícias permanece tão ou mais presente do que inicialmente proposto nos anos 1960. Basta levar em conta a nova configuração das mídias em torno de conglomerados transnacionais.

Entretanto, o modelo que nos parece mais pertinente é o que desenha os meios de comunicação como espaços de mediação, com as teorias construcionistas da informação parecem apontar. Sendo assim, é preciso relativizar o seu papel e, conseqüentemente, dos jornalistas.

A relação entre influência da mídia e resultado político não possui uma estrutura linear e direta. Essa correspondência é de difícil verificação empírica e, quando ventilada, geralmente encontra-se baseada mais em “achismos” e suposições do que em pesquisas fundamentadas. A relação causal e direta entre mensagens midiáticas e receptor dentro de um processo de comunicação remonta aos tempos da *bullet theory* baseada no modelo de estímulo-resposta da psicologia behaviorista. Essa postura já foi abandonada em favor de teorias mais complexas e aprofundadas, desde o *two-step flow*, o *newsmaking* e, novamente, as teorias de construção social da realidade.

Dentro da teoria política, os estudos de Popkin sobre os atalhos que os cidadãos utilizam para se manterem informados sobre governos, candidatos e partidos, reforçam os argumentos aqui apresentados. Para ele, uma parte essencial da dinâmica política acontece entre os eleitores:

The campaign and the media only send the initial messages; until these messages have been checked with others and validated, their full effects are not felt. Focus



group, as opposed to depth interviews or surveys, capture some of this two-step flow of information. (1994, pág. 46)

Outro tópico explorado por ele são os *links* claros entre flutuações econômicas e escolhas partidárias. Grupos bem organizados – pequenos fazendeiros, por exemplo – tendem a definir suas posições baseados muito mais nos efeitos diretos que as ações de um governo trazem ao seu negócio do que em impactos de possíveis escândalos políticos ou noticiários negativos sobre um chefe de estado.

Em um ambiente de baixa informação, há inúmeros processos e atalhos micro-sociais que definem as particularidades de uma eleição. É difícil, portanto, colocar na imprensa um aspecto tão definitivo. Isso vale não apenas para momentos de definições eleitorais ou de crise, como no cotidiano do jogo político.

Assim, reafirmamos não ser razoável dizer que os jornalistas são a peça definitiva dentro do processo de construção das notícias, ou que a imprensa é capaz de definir por si só agendas de campos alheios ao seu. Acreditamos que a atuação do jornalista, apesar de fundamental, é uma entre outras forças que moldam a atividade jornalística. Como explicar as notícias esquecendo a sociedade em que se vive? As forças ideológicas em ação? O contexto histórico e cultural?

Em relação aos meios de comunicação de massa como um todo, enxergamos neles um papel preponderante dentro das sociedades democráticas e de livre expressão, como importantes fóruns de discussão para um debate pluralista e como agentes de mobilização para uma participação mais efetiva da sociedade civil. Podem e devem atuar ainda como vigilantes do interesse público, desde que não ultrapassem seus limites éticos. Mais para um fiel cão escudeiro do que um *pitbull* enfurecido.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de. *Media criticism à brasileira: O Observatório da Imprensa*. Texto Apresentado no GT “Estudos de Jornalismo” – X Encontro Anual da Compôs, Brasília, 2001.

ALSINA, Miquel Rodrigo. *La Construcción De La Noticia*. Paidós Iberica, Buenos Aires, 2005.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.

MAIA, Rousiley C.M. *Mídia e Deliberação Pública: Mediações Possíveis*. Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Rio de Janeiro/RJ, 4 a 7 de junho de 2002.

MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 10, n. 29, p 5-34, 1995.



MIGUEL, Luis Felipe. *Os meios de comunicação e a prática política*. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 55-56, 2002.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. Editora Contexto. São Paulo. 2005.

POPKIN, Samuel L. *The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns*. University Of Chicago Press, 1994.

SOUSA, Jorge Pedro, *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Letras Contemporâneas, Florianópolis-SC, 2004.

THOMPSON, John B. *O Escândalo Político – Poder e Visibilidade na Era da Mídia*. Editora Vozes, Petrópolis, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo V. 1 - Porque As Notícias São Como São*. Editora Insular. Florianópolis-SC, 2005.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença. Lisboa, 1995.